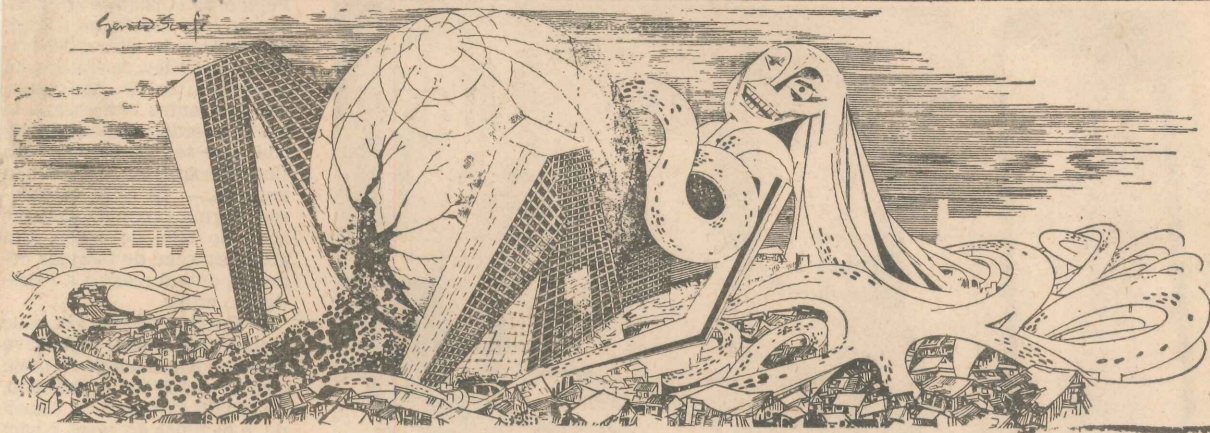


Urbanização e política de emprego

Josef Barat

A.M. 232

Josef Barat



A principal conseqüência do processo de urbanização acelerada, que marcou a evolução do Brasil nos últimos quarenta anos, é a necessidade de criar oportunidades de trabalho nos centros urbanos em ritmo compatível com o do crescimento da população ativa. Se, em 1940, apenas 30% da população ativa brasileira se localizavam nas cidades, em 1980 já se chega a uma proporção próxima dos 70%. A irreversibilidade e a dinâmica do processo de urbanização se traduzem no fato de a população economicamente ativa nas cidades ter crescido, na última década, a taxas anuais de 5% e nas áreas rurais a taxas de apenas 1%.

Isto significa que dos 1,5 milhão de empregos que devem ser gerados a cada ano no País, mais de 1 milhão são empregos urbanos, nas indústrias de transformação e construção civil, nos serviços e no comércio. Devido, de um lado, aos elevados graus da automação industrial — resultado do inexorável processo de evolução científica e tecnológica — e, de outro, à complexidade crescente da infra-estrutura urbana e dos sistemas de distribuição, comercialização e transações financeiras, o grosso dos empregos urbanos deverá ser provido, indiscutivelmente, no setor terciário. Este, porém, apresenta-se como “amortecedor” das grandes pressões sociais decorrentes das migrações campo-cidade e cidade-cidade.

Ou seja, acumula-se nas cidades um significativo contingente populacional que sobrevive, em segmentos amortecedores do terciário, através da prestação de serviços e de uma forma de organização que se convencionou chamar de “mercado informal” de trabalho. Apesar das duras condições que prevalecem na construção civil (habitações ou obras públicas) e no mercado

informal, que são os segmentos que amortecem o impacto da chegada dos trabalhadores não-qualificados, estes ainda sobrevivem em condições melhores que aquelas prevalentes no campo ou pequenas cidades. Pelo menos, há a esperança de assegurar alguma perspectiva de melhor educação, saúde e emprego para os filhos.

Aos segmentos amortecedores e aos serviços em geral deveriam ser dispensadas maiores atenções e cuidados nas políticas governamentais, especialmente nos períodos de crise. As frustrações em relação ao direito fundamental do Homem que é o de ter acesso ao trabalho certo, geram tensões sociais e fenômenos de violência que, afinal, atingem as comunidades urbanas em seu todo.

Não que a violência e a criminalidade sejam problemas apenas relacionados com a pobreza — a classe média urbana e os ricos também praticam a violência e a criminalidade, porém, com menores sanções sociais — mas a falta de oportunidade de trabalho para os pobres, sem dúvida, constitui um poderoso fator de tensão social.

Qualquer elenco de prioridades de política urbana, no Brasil, deve contemplar, portanto, a geração de empregos como objetivo principal. Obviamente, regiões metropolitanas, grandes aglomerações e centros de porte médio devem almejar atrair indústrias para seu território. As indústrias, porém, não são suficientes para fundamentar a geração de empregos urbanos. O setor de serviços, seja o “moderno”, seja o “informal”, deve merecer atenção especial através de estímulos e induções (a difusão de centros comerciais e a ampliação de escalas do artesanato e sua organização são exemplos de potencial de geração de empregos superiores aos de muitas indústrias).

Além disso, as prefeituras e órgãos governamentais que atuam nos serviços urbanos devem ser estimulados a usar mão-de-obra intensivamente e, não, como ocorre hoje, a substituí-la por equipamentos. Mesmo que para isso tenha que haver um subsidiamento explícito ao uso da mão-de-obra ou, pelo menos, a retirada de estímulos para o uso do capital. Empregar mais gente na limpeza urbana, no policiamento público, na conservação de parques e jardins, nas obras públicas de grande alcance social, além de preencher o mais absoluto vazio de políticas compensatórias de emprego (no melhor sentido Keynesiano) existente hoje no País, contribuiria também para melhorar substancialmente a qualidade da vida urbana e aliviar as tensões sociais.

É importante lembrar, finalmente, que a prioridade dada à agricultura não se deve traduzir em um “esquecimento” dos problemas urbanos. Bastaria argumentar que o aumento da eficiência na produção agrícola e a sua rápida modernização encaminharão para as cidades grandes contingentes de migrantes que aumentarão a pressão por empregos urbanos. Ou seja, com a industrialização da agricultura, o Brasil seguirá o caminho das nações industrializadas de produzir cada vez mais excedentes de alimentos e matérias-primas com menos gente. É nas cidades, portanto, que os empregos deverão ser criados: 1) através da geração de novas atividades no secundário e terciário; 2) pela organização e estímulo às atividades do setor terciário informal; e 3) pela execução de políticas compensatórias de emprego em serviços e obras públicas de infra-estrutura urbana.